

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1 Contexto operacional**

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A., ("Celesc", a "Companhia") é uma sociedade anônima por ações de capital aberto com sede na cidade de Florianópolis, Av. Itamarati, 160 – Itacorubi, Estado de Santa Catarina, Brasil. Obteve seu primeiro registro em Bolsa de Valores em 26 de março de 1973, e hoje tem seus papéis negociados na bolsa de São Paulo no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA S.A., em São Paulo e é controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas ("Grupo") tem como atividade preponderante a distribuição, transmissão e geração de energia elétrica. Além disso, atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

A presente demonstração foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 22 de março de 2012, conforme estabelece a Deliberação CVM nº 505, de 19 de junho de 2006.

Em 31 de dezembro de 2011, as principais controladas integrais consolidadas, investimentos de controle compartilhado que consolidam proporcionalmente e coligadas são:

	Percentual de Participação - %			
	2011		2010	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
<b>Controladas</b>				
Celesc Distribuição S.A. ("Celesc D")	100,00	-	100,00	-
Celesc Geração S.A. ("Celesc G")	100,00	-	100,00	-
Fundo exclusivo Celesc I – Fundo de investimento em direitos creditórios mercantis ("FIDC")	-	100,00	-	100,00

	2011		2010	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
<b>Controladas em conjunto</b>				
Companhia de Gás de Santa Catarina ("SCGAS")	17,00	-	17,00	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia ("ECTE")	30,88	-	30,88	-
Campo Belo Energética S.A. ("Campo Belo")	-	30,00	-	25,87
Painel Energética S.A. ("Painel")	-	32,50	-	32,20
Rondinha Energética S.A. ("Rondinha")	-	32,50	-	32,57
Companhia Energética Rio das Flores ("Rio das Flores")	-	25,00	-	23,91
Xavantina Energética ("Xavantina")	-	40,00	-	39,33
Mangueira de Pedra	-	30,00	-	-
<b>Coligadas (não consolidadas)</b>				
Dona Francisca Energética S.A. ("Dfesa")	23,03	-	23,03	-
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A. ("Cubatão")	40,00	-	40,00	-

### **Das concessões**

A controlada Celesc Distribuição S.A. ("Celesc D") possui concessões válidas até 7 de julho de 2015 para distribuição de energia elétrica em 92% do território catarinense e no município de Rio Negro/PR.

A controlada em conjunto Companhia de Gás de Santa Catarina ("SCGAS"), possui contrato de concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado de Santa Catarina, firmado em 28 de março de 1994 com prazo de vigência de 50 anos.

A controlada em conjunto Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. ("ECTE"), detém contrato de concessão de transmissão de energia elétrica datado de 1º de novembro de 2000 com prazo de vigência de 30 anos.

A controlada Celesc Geração S.A. ("Celesc G"), possui as seguintes concessões para geração de energia elétrica:

<b>Central geradora</b>	<b>Cidade</b>	<b>Capacidade Instalada (MW)</b>	<b>Data de vencimento da concessão</b>
Palmeiras – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	24,60	7/11/2016
Bracinho – Rio Bracinho	Schroeder/SC	15,00	7/11/2016
Garcia – Rio Garcia	Angelina/SC	8,92	7/7/2015
Cedros – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	8,40	7/11/2016
Salto – Rio Itajaí-Açu	Blumenau/SC	6,28	7/11/2016
Celso Ramos – Rio Chapecozinho	Faxinal do Guedes/SC	5,40	23/11/2021
Pery – Rio Canoas	Curitibanos/SC	4,40	9/7/2017
Caveiras – Rio Caveiras	Lages/SC	3,83	10/7/2018
Ivo Silveira – Rio Santa Cruz	Campos Novos/SC	2,60	7/7/2015
Pirai – Rio Pirai	Joinville/SC	0,78	7/11/2016
São Lourenço – Rio São Lourenço	Mafra/SC	0,42	(i)
Rio do Peixe – Rio do Peixe	Videira/SC	0,52	(i)
<b>Total da capacidade instalada</b>		<b>81,15</b>	

(i) As empresas não possuem prazo determinado de concessão.

## 2 Base de preparação

### 2.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor exceto para ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo em contrapartida com o resultado do exercício.

Para o processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo, a administração da Companhia julgou necessário o uso de estimativas para a preparação das demonstrações financeiras em algumas áreas críticas.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

### 2.2 Declaração de conformidade

#### (a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**(b) Demonstrações financeiras individuais**

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), normativos complementares emitidos pela CVM e dispositivos da legislação societária.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso de Celesc, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

**(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**

Não houve pronunciamentos ou interpretações de CPCs/IFRS que entraram em vigor em 2011 que trouxeram um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

**(d) Normas e interpretações de normas ainda não adotados**

Seguem abaixo, as alterações do IFRS previstas para ocorrerem após 31 de dezembro de 2011 e ainda não adotadas no Brasil que podem impactar as demonstrações financeiras da Companhia, estando ainda em processo de avaliação pela Administração e seus eventuais efeitos:

- IAS 1 - Apresentação das demonstrações contábeis – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2012.
- IAS 19 - Benefícios aos Empregados (Emenda) - O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações, desvalorizações e reformulação. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.
- IAS 27 - Demonstrações Contábeis Consolidadas e Individuais (revisado em 2011) - Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27

restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras em separado. Esta emenda entra em vigor para períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

- IAS 28 - Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011) - Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em Associadas e Joint Ventures, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em joint ventures, além do investimento em associadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IAS 32 – As alterações do IAS 32 tem o objetivo de esclarecer os requerimentos de compensação de instrumentos financeiros, sendo que os principais esclarecimentos estão relacionados ao significado de um direito legalmente executável para ser liquidado pelo montante líquido e que alguns sistemas de liquidação pelo valor bruto podem ser considerados equivalentes ao de liquidação pelo valor líquido. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2014.
- IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Aumento nas Divulgações Relacionadas a Baixas. Esta emenda exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, porém não baixados, a fim de possibilitar que o usuário das demonstrações financeiras do Grupo compreenda a relação com aqueles ativos que não foram baixados e seus passivos associados. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de julho de 2011, e, no Brasil, somente após a aprovação do CPC. A emenda em questão afeta apenas as divulgações e não tem impacto sobre o desempenho ou a situação financeira do Grupo.
- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração - O IFRS 9 na forma como foi emitido reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2015. Em fases subsequentes, o IASB examinará contabilidade de cobertura e perda no valor recuperável de ativos financeiros. Esse projeto deverá ser encerrado no primeiro semestre de 2012.
- IFRS 10 – Demonstrações Contábeis Consolidadas - O IFRS 10 substitui as partes do IAS 27 Demonstrações Contábeis Consolidadas e Individuais que se referem ao tratamento contábil das demonstrações financeiras consolidadas. O IFRS 10 estabelece um único modelo de consolidação baseado em controle que se aplica a todas as entidades, inclusive às entidades para fins especiais. As alterações introduzidas pelo IFRS 10 irão exigir que a administração exerça julgamento na determinação de quais entidades são controladas e, portanto, necessitam ser consolidadas pela controladora, em comparação com as exigências estabelecidas pelo IAS 27. Esta norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

- IFRS 11 – Acordos Conjuntos – O IFRS 11 faz parte de novo conjunto de normas de consolidação e outras normas relacionadas, os quais substituem também as exigências atuais para entidades controladas, alterando o IAS 28 Investments in Associates and Joint Ventures. A principal alteração ocorreu que todas as entidades controladas em conjunto que não se enquadrarem como uma operação conjunta, Joint Ventures, serão obrigadas a contabilizar sempre pelo método de equivalência patrimonial, extinguindo a opção de consolidação proporcional. Esta norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013 e sua adoção antecipada é encorajada.
- IFRS 12 – Divulgação de Participação em outras entidades – O IFRS contém requerimentos de divulgação mais extensos para entidades que possuem participações em subsidiárias, controles em conjunto, coligadas e/ou entidades não consolidadas, demonstrando os efeitos dessas participações na posição financeira, desempenho financeiro e fluxo de caixa da entidade. Este pronunciamento entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 13 – Mensuração de Valor Justo – O IFRS 13 define valor justo, estabelece uma estrutura conceitual para mensuração do valor justo e determina as exigências de divulgação à mensuração do valor justo. A principal mudança foi à definição de valor justo como sendo um preço de saída, valor da transação na data de mensuração. Esta emenda requer que a entidade utilize técnicas de avaliação que sejam adequadas nas circunstâncias e para as quais estejam disponíveis dados suficientes, maximizando o uso de inputs observáveis relevantes e minimizando o uso de inputs não-observáveis. Para atender a emenda, a entidade deverá ter divulgações mínimas para cada classe de ativo e/ou passivo, do processo de avaliação usado por ela para as mensurações e a descrição narrativa da
- idade das mensurações. Esta norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

## **2.3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

### **2.3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas**

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

### **Valor justo de outros instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. O Grupo utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros disponíveis para venda, ativos estes não negociados em mercados ativos.

#### **2.3.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade** ***Impairment de ativos financeiros disponíveis para venda***

O Grupo segue as orientações do CPC 38/IAS 39 para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impaired*. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, o Grupo avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento, mudanças na tecnologia e fluxo de caixa operacional e financeiro.

O Grupo não reconheceu em seu patrimônio líquido as reduções ao valor justo de tributos sobre o lucro, benefícios a empregados e *impairment* de ágios por considerarem insignificantes seus resultados.

### **3 Resumo das principais políticas contábeis**

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são igualmente aplicáveis para as demonstrações financeiras da controladora (CPC) e para o consolidado (IFRS) com exceção do descrito na Nota 2.2, letra “b”.

#### **3.1 Base de consolidação**

As seguintes políticas contábeis foram aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

##### **(i) Controladas**

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se o Grupo controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.



O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que o Grupo atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação do Grupo e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

**(ii) Investimentos em empresas com controle compartilhado**

Nas empresas com controle compartilhado, as demonstrações financeiras são consolidadas proporcionalmente à participação da Companhia e o saldo dos investimentos pode ser reduzido pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento *impairment*.

Qualquer excesso do custo de aquisição de um investimento sobre o valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da empresa controlada em conjunto na respectiva data de aquisição do investimento é registrado como ágio.

Esse ágio é adicionado ao valor do respectivo investimento e a sua recuperação é analisada anualmente como parte integrante do investimento. Caso o custo de aquisição seja inferior ao

valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do período em que ocorrer a aquisição.



Sobre os dividendos recebidos destas empresas, estes são registrados reduzindo do valor dos investimentos; já os ganhos e perdas em transações com empresas com controle compartilhado são eliminados proporcionalmente à participação da Companhia, em contrapartida ao valor do investimento financeiro nessa mesma empresa com controle compartilhado.

**(iii) Coligadas**

Os investimentos em empresas coligadas encontram-se registrados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com esse método, as participações financeiras sobre empresas coligadas são reconhecidas no balanço consolidado ao custo e ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos destas em contrapartida a ganhos ou perdas em ativos financeiros e por outras variações ocorridas nos ativos líquidos adquiridos. Adicionalmente, as participações financeiras poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento *impairment*.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação na movimentação em reservas pós-aquisição é reconhecida nas reservas. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas no valor contábil do investimento.

Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada for igual ou superior a sua participação na coligada, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas são eliminados na proporção da sua participação societária, assim como as perdas não realizadas também são eliminadas, exceto quando houver evidências de uma perda *impairment* do ativo transferido.

Visando assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo, podem ser alteradas as políticas contábeis das coligadas, quando necessário.

Caso a participação acionária na coligada seja reduzida, mas com influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

**3.2 Apresentação de informação por segmentos**

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido à Diretoria-Executiva, que é o órgão principal na tomada de decisões operacionais, pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas do Grupo (Nota 25).

### **3.3 Conversão de moeda estrangeira**

#### **(a) Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras individual/consolidada estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação do Grupo, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

#### **(b) Transações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

### **3.4 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

### **3.5 Instrumentos financeiros**

#### **(i) Classificação**

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

#### **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mantidos para negociação ativa e frequente e classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados, na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

## **Empréstimos e recebíveis**

Fazem parte dessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis classificados como ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, classificados como ativos não circulantes. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem recebíveis em virtude de indenização de infraestrutura originados nos contratos de concessão de serviços públicos de transmissão e distribuição de energia e gás; empréstimos a coligadas; contas a receber de clientes; demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, pelo método da taxa de juros efetiva.

## **Ativos financeiros disponíveis para venda**

São considerados ativos financeiros disponíveis para venda os itens não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. São incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

### **(ii) Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo acrescido dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem. As variações no valor justo de títulos monetários e não-monetários classificados como disponíveis para venda são reconhecidas em ajuste de avaliação patrimonial.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda *impairment*, os ajustes acumulados do valor justo reconhecidos no patrimônio são incluídos na demonstração do resultado como "resultado financeiro".

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Caso o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não registrados em Bolsa) não estiver ativo, o Grupo estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções com o máximo de informações geradas pelo mercado e o mínimo de informações geradas pela administração da própria entidade.

Com essa análise a Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável *impairment*. Havendo evidência de perda cumulativa para os ativos financeiros disponíveis para venda, mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado, tal valor é retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado.

### **(iii) Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **(iv) *Impairment* de ativos financeiros**

#### **(a) Ativos mensurados ao custo amortizado**

O Grupo avalia, no final de cada período, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente quando houver evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
  - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
  - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O Grupo avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

**(b) Ativos classificados como disponíveis para venda**

Para os títulos da dívida, o Grupo usa os critérios mencionados no item (a) acima para avaliar a evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Existindo evidência desse tipo para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido

na demonstração consolidada do resultado. Perdas por *impairment* reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos patrimoniais não são revertidas por meio da demonstração consolidada do resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por *impairment* ter sido reconhecida no resultado, esta será revertida na demonstração do resultado.

### **3.6 Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo fornecimento e o suprimento de energia faturada, estimativa de energia fornecida não faturada e fornecimento de gás natural no decurso normal das atividades do Grupo.

As contas a receber de clientes são reconhecidas ao valor faturado e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Tem-se como valor da provisão a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

No que se refere às contas a receber decorrentes de parcelamentos de créditos derivados da venda de energia, estas estão registradas acrescidas de encargos financeiros, calculados até a data da negociação conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). Os valores vencidos estão deduzidos como provisão para perdas conhecidas ou estimadas.

### **3.7 Estoques**

Os estoques são compostos por materiais destinados à manutenção das operações, contabilizados pelo custo médio das compras no ativo circulante.

### **3.8 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias vigentes. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, estabelecendo provisões, quando apropriado, baseadas em valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos utilizando o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, não ocorrerá sua contabilização se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afetou o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base na legislação tributária vigente na data do balanço devendo ser aplicadas quando o respectivo tributo diferido ativo for realizado ou quando o tributo diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

### **3.9 Depósitos judiciais**

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

### **3.10 Imobilizado**

O imobilizado compreende, principalmente, reservatórios, barragens, adutoras, edificações, obras civis e benfeitorias. É reconhecido inicialmente ao valor justo e posteriormente mantido ao seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.



Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que existam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos será revertido. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais de imobilizado).

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. A depreciação inicia-se a partir da data em que são instalados e que estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

	<u>Percentuais</u>
Prédios e construções	2%
Reservatórios, barragens e adutoras	2% a 4%
Máquinas e equipamentos	2,5% a 5,9%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

### **3.11 Intangíveis**

Os intangíveis são demonstrados pelo custo combinado conforme abaixo:

- Valorizados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos elegíveis. Dependendo da natureza do ativo e do tempo de sua aquisição, o custo se refere ao custo histórico de aquisição ou do seu montante anteriormente escriturado segundo as práticas brasileiras adotadas anteriores a adoção do ICPC 01.
- As obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica contemplam os pagamentos efetuados com o objetivo de contribuir na execução de projetos de expansão necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de

energia e são registrados nas demonstrações financeiras como redutora dos ativos intangíveis.

### **Contratos de concessões**

As infraestruturas de distribuição de energia elétrica e fornecimento de gás natural utilizadas pelo Grupo, sujeitas a acordos de concessão de serviço, são consideradas para ser controladas pelas entidades concedentes quando:

- a entidade concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem devem ser prestados e o seu preço;
- a entidade concedente controla, por meio da titularidade, usufruto ou de outra forma qualquer, participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo de concessão.

Os direitos sobre as infraestruturas, operadas sob regime de concessão são contabilizados como um ativo intangível quando o Grupo tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura, e os usuários (consumidores) têm a responsabilidade de pagar pelos serviços do Grupo.

O valor justo de construção e outros trabalhos na infraestrutura representam o custo do ativo intangível e é reconhecido como receita quando a infraestrutura é construída, desde que este trabalho gere benefícios econômico futuros.

Os ativos intangíveis de contratos de concessão são amortizados numa base linear durante o período do contrato ou vida útil do bem a que estiver atrelado, dos dois o menor.

### **Ágio**

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição.

Anualmente é efetuada a identificação de indício de *impairment do ágio* e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas em períodos subsequentes. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

### **Programas de computador (*softwares*)**

Licenças adquiridas de programas de computador (*softwares*) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 15.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

### **3.12 Redução ao valor recuperável de ativos**

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revistos anualmente buscando identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, quando eventos ou alterações indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável. Nesse caso, o valor recuperável é calculado para verificar a ocorrência de perda. Havendo perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

### **3.13 Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por fornecimento de energia, gás natural, encargos de uso da rede elétrica, materiais e serviços adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas no valor da fatura correspondente.

### **3.14 Empréstimos**

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

### **3.15 Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e que uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

### **3.16 Benefícios a empregados**

#### **Obrigações de pensão**

O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação do benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. A estimativa de saída futura de caixa é descontada ao seu valor presente, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas aos planos de pensão são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos empregados relacionados.

Para os planos de contribuição definida, a Companhia paga contribuições a planos de pensão de administração pública ou privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

#### **Outras obrigações pós-aposentadoria**

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios de plano de saúde pós-aposentadoria. O direito a esses benefícios é concedido para o empregado que permanece trabalhando até a idade de aposentadoria. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.

A Companhia oferece também outros benefícios, tais como: Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI, Plano Pecúlio (para todos os empregados na ativa e para os aposentados por invalidez), Auxílio Deficiente, Auxílio Funeral e benefício Mínimo a Aposentadoria, o qual é pago sempre que o vínculo empregatício é encerrado antes da data normal de aposentadoria.

### **Benefícios de demissão**

A Companhia reconhece os benefícios de demissão quando está demonstravelmente comprometida com o encerramento do vínculo empregatício segundo um plano formal e detalhado, sem possibilidade de desistência em virtude de uma oferta de demissão voluntária.

Os benefícios de demissão são pagos sempre que o vínculo empregatício é encerrado antes da data normal de aposentadoria, ou seja, sempre que um empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios.

### **Participação nos lucros e resultados – PLR**

O reconhecimento dessa participação é provisionado mensalmente e, após o encerramento do exercício, o valor é corrigido conforme a efetiva realização das metas estabelecidas entre o Grupo e seus empregados.

#### **3.17 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

#### **3.18 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio**

São reconhecidos como passivo no momento em que os dividendos são aprovados pelos acionistas da Companhia. O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro anual seja distribuído como dividendos; portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima. Valores acima do mínimo obrigatório, somente são provisionados quando aprovados em Assembleia Geral Ordinária pelos acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido diretamente no resultado.

#### **3.19 Capital social**

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

#### **3.20 Reconhecimento de receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento e suprimento de energia faturada, estimativa de energia fornecida e não faturada e fornecimento de gás natural no curso normal das atividades do Grupo. É apresentada líquida

dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas.

O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

### **Fornecimento de energia elétrica**

Destina-se à contabilização da receita faturada e não faturada correspondente ao fornecimento de energia elétrica, assim como dos ajustes e adicionais específicos.

### **Disponibilidade da rede elétrica**

São contabilizadas as receitas derivadas da disponibilização do sistema de distribuição pela própria Concessionária por meio de suas atividades.

### **Suprimento de energia elétrica**

Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica ao revendedor, bem como dos ajustes e adicionais específicos.

### **Distribuição de gás natural canalizado**

Trata-se da contabilização da receita proveniente da distribuição de gás natural canalizado.

### **Receita de construção**

Refere-se à contabilização da receita de construção de infraestrutura proveniente dos contratos de concessão do Grupo, a qual é reconhecida tomando como base a proporção do plano de investimento de cada concessionária .

Em virtude da terceirização dessa atividade com partes não relacionadas, o Grupo considera a margem de construção irrelevante, e, dessa forma, não a utiliza no reconhecimento da receita de construção.

### **Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda *impairment* é identificada em relação a uma conta a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento.

Subsequentemente os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

### **Receita de dividendos**

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

## **4 Gestão de risco financeiro**

### **4.1 Fatores de risco financeiro**

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, de taxa de juros de valor justo, de taxa de juros de fluxo de caixa e de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

#### **(a) Risco de Mercado**

##### **(i) Risco cambial**

O Grupo não possui contas a receber, empréstimos ou financiamentos nem contas a pagar em moedas estrangeiras.

##### **(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros**

Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras do Grupo. O Grupo não tem pactuado contratos de derivativos para fazer face a este risco.

##### **(b) Risco de crédito**

Surge da possibilidade do Grupo incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar seu gerenciamento a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores, o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.



**(c) Risco de liquidez**

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas áreas operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para o Grupo de Tesouraria. Este investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

	<b>Consolidado</b>		
	<b>Menos de um ano</b>	<b>Entre um e cinco anos</b>	<b>Acima de cinco anos</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>			
Empréstimos – Saldo Balanço	241.298	110.031	19.769
Empréstimos – Não descontado	252.246	137.362	30.810
Fornecedores	433.503	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>			
Empréstimos – Saldo Balanço	109.720	190.611	20.010
Empréstimos – Não descontado	122.612	266.005	34.873
Fornecedores	380.410	-	-

**(d) Risco operacionais**

**(i) Risco quanto à escassez de energia elétrica**

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e a elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

**(ii) Risco de não renovação das concessões**

O Grupo possui concessões para exploração dos serviços de geração e distribuição de energia elétrica e tem a expectativa de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores nem renovadas mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia – “concessão onerosa”, os atuais níveis de rentabilidade e atividade serão alterados.

**(c) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM**

Apresentamos a seguir quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução no 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2011:

Premissas	Efeitos das contas sobre o resultado	Saldo	Cenário provável		
			(Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
<b>CDI - %*</b>			<b>9,28</b>	<b>11,60</b>	<b>13,92</b>
	Títulos e valores mobiliários circulante	15.062	1.398	1.747	2.097
	Contas a receber não circulante	121.430	11.269	14.086	16.903
	Empréstimos e financiamentos (-)	(371.098)	(34.438)	(43.047)	(51.657)
<b>WAAC Regulatório-%</b>			<b>7,60</b>	<b>9,50</b>	<b>11,40</b>
	Ativo indenizatório (concessões em serviço)	1.664.261	126.484	158.105	189.726

A análise de sensibilidade dos saldos em 31 de dezembro de 2010 para comparabilidade:

Premissas	Efeitos das contas sobre o resultado	Saldo	Cenário provável		
			(Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
<b>CDI - %</b>			<b>12,20</b>	<b>15,25</b>	<b>18,30</b>
	Títulos e valores mobiliários circulante	13.498	1.647	2.058	2.470
	Contas a receber não circulante	215.791	26.326	32.908	39.490
	Empréstimos e financiamentos	(320.341)	(39.081)	(48.852)	(58.622)
<b>WAAC Regulatório - %</b>			<b>9,95</b>	<b>12,44</b>	<b>14,93</b>
	Ativo indenizatório (concessões em serviço)	1.306.113	129.958	162.480	195.003

## 4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Total dos empréstimos (Nota 17)	371.098	320.341
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	<u>(442.495)</u>	<u>(260.252)</u>
Dívida líquida	<u>(71.397)</u>	<u>60.089</u>
Total do patrimônio líquido	<u>2.174.531</u>	<u>1.940.507</u>
Total do capital	<u>2.103.134</u>	<u>2.000.596</u>
Índice de alavancagem financeira - %	3,28	3,00

## 4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda *impairment*, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares.

O Grupo aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível1).

- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2011. O Grupo não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

	Consolidado		
	Nível 1	Nível 3	Saldo total
Ativos			
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Títulos públicos	15.062	-	15.062
Ações	-	132.796	132.796
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Outros	-	217	217
Total do ativo	15.062	133.013	148.075

A tabela abaixo apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2010. O Grupo não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

	Consolidado		
	Nível 1	Nível 3	Saldo total
Ativos			
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Títulos públicos	13.498	-	13.498
Ações	-	125.439	125.439
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Outros	-	217	217
Total do ativo	13.498	125.656	139.154

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado em que está disponível e utilizando o mínimo possível das estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes

exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

## 5 Instrumentos financeiros por categoria

<b>Consolidado</b>				
<b>31 de dezembro de 2011</b>	<b>Ativos ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Disponível para venda</b>	<b>Total</b>
<b>Ativo</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	-	442.495	-	442.495
Títulos públicos	15.062	-	-	15.062
Ações	132.796	-	-	132.796
Ativo indenizatório (concessões)	-	2.007.406	-	2.007.406
Contas a receber de Clientes	-	980.239	-	976.266
Outros	-	-	217	217
	<b>147.858</b>	<b>3.430.140</b>	<b>217</b>	<b>3.574.242</b>
<b>Passivo</b>				
Fornecedores	-	433.503	-	433.503
Empréstimos	-	371.098	-	371.098
	-	<b>804.601</b>	-	<b>804.601</b>
<b>Consolidado</b>				
<b>31 de dezembro de 2010</b>	<b>Ativos ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Disponível para venda</b>	<b>Total</b>
<b>Ativo</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	-	260.252	-	260.252
Títulos públicos	13.498	-	-	13.498
Ações	125.439	-	-	125.439
Ativo indenizatório (concessões)	-	1.815.145	-	1.815.145
Contas a receber de Clientes	-	1.005.517	-	1.005.517
Outros	-	-	217	217
	<b>138.937</b>	<b>3.080.914</b>	<b>217</b>	<b>3.220.068</b>
<b>Passivo</b>				
Fornecedores	-	380.410	-	380.410
Empréstimos	-	320.341	-	320.341
	-	<b>700.751</b>	-	<b>700.751</b>

## 6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações interna de cessão de limites de crédito:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Contas a receber de clientes		
Grupo 1	461.769	522.951
Grupo 2	360.487	362.934
Grupo 3	83.285	99.972
Grupo 4	456.104	369.912
	<b>1.361.645</b>	<b>1.355.769</b>

- . Grupo 1 - Clientes com arrecadação no vencimento.
- . Grupo 2 - Clientes com média de atraso entre 1 e 30 dias no último ano.
- . Grupo 3 - Clientes com média de atraso entre 31 e 90 dias no último ano.
- . Grupo 4 - Clientes com média de atraso superior a 90 dias no último ano.

Todos os demais ativos financeiros que o Grupo mantém, principalmente, contas-correntes e aplicações financeiras são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

## 7 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Recursos em banco e em caixa	192	119	31.036	37.425
Aplicações Financeiras de liquidez imediata (*)	37.688	32.403	411.459	222.827
	<b>37.880</b>	<b>32.522</b>	<b>442.495</b>	<b>260.252</b>

(\*) Os títulos e valores mobiliários de liquidez imediata são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a certificados de depósito bancários (CDBs), remunerados em média pela à taxa de 100% da variação do CDI.

## 8 Títulos e valores mobiliários

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<b>Mantidos para negociação</b>				
Títulos públicos	-	-	15.062	13.498
Ações Casan (i)	132.796	125.439	132.796	125.439
<b>Disponível para venda</b>				
Outros investimentos	217	217	217	217
	<b><u>133.013</u></b>	<b><u>125.656</u></b>	<b><u>148.075</u></b>	<b><u>139.154</u></b>
(-) Circulante	-	-	(15.062)	(13.498)
Não circulante	<b><u>133.013</u></b>	<b><u>125.656</u></b>	<b><u>133.013</u></b>	<b><u>125.656</u></b>

### (i) Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (“Casan”)

A Companhia possui 55.364.810 Ações Ordinárias – ON, e 55.363.250 Ações Preferenciais – PN, representando 15,48% do Capital Social da Casan. Por não possuir influência significativa na Casan a Companhia mensurou o valor justo de sua participação acionária.

Tendo em vista a Casan não possuir liquidez em suas ações negociadas em bolsa de valores, a Celesc decidiu estabelecer por meio de bases consistentes e aceitas pelo mercado, um novo critério de avaliação do referido investimento, adotando o método do fluxo de caixa descontado. Desta forma, a Companhia determinou o valor justo da Casan com base nas informações econômico-financeiras da investida.

O custo histórico das ações da Casan é de R\$110.716. Na data de transição para as novas práticas contábeis (01 de janeiro de 2009) estas ações foram avaliadas pela Administração ao valor justo de R\$108.925.

Em 2010 e 2011 foram reconhecidos no resultado financeiro da Companhia os ganhos com valor justo, nos montantes de R\$16.514 e R\$7.357 respectivamente, totalizando R\$132.796 em 31 de dezembro de 2011.



## 9 Contas a receber de clientes

### Consumidores, concessionárias e permissionárias

<b>Consolidado</b>				
			<b>Total</b>	
	<b>Saldos a Vencer</b>	<b>Vencidos até 90 dias</b>	<b>Vencidos há mais de 90 dias</b>	
				<b>2011</b>
				<b>2010</b>
<b>Consumidores</b>				
Residencial	175.511	58.979	69.196	303.686
Industrial	307.620	82.728	247.044	637.392
Comércio, serviços e outras	116.468	22.279	60.181	198.928
Rural	27.204	4.871	9.149	41.224
Poder público	25.024	3.494	33.748	62.266
Iluminação pública	14.190	148	14.173	28.511
Serviço público	9.918	57	944	10.919
	<b>675.935</b>	<b>172.556</b>	<b>434.435</b>	<b>1.282.926</b>
				<b>1.277.718</b>
<b>Suprimento a Outras Concessionárias</b>				
Concessionárias e permissionárias	49.418	5.820	3.054	58.292
Outros créditos	1.365	4.465	14.597	20.427
	<b>50.783</b>	<b>10.285</b>	<b>17.651</b>	<b>78.719</b>
				<b>78.051</b>
	<b>726.718</b>	<b>182.841</b>	<b>452.086</b>	<b>1.361.645</b>
				<b>1.355.769</b>
Provisão para Créditos de Liquidação				
Duvidosa (a)	-	-	-	(381.406)
				(350.252)
	-	-	-	980.239
				1.005.517
(-) Circulante	-	-	-	(858.809)
				(789.726)
<b>Não circulante</b>	-	-	-	<b>121.430</b>
				<b>215.791</b>

### Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, por classe de consumidor, é como segue:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Consumidores</b>		
Residencial	69.184	57.558
Industrial	196.408	179.356
Comércio, serviços e outras	55.533	51.584
Rural	5.154	4.725
Poder público	33.484	35.243
Iluminação pública	13.209	14.139
Serviço público	925	936
Concessionárias e permissionárias	1.454	656
Outros	6.055	6.055
	<b>381.406</b>	<b>350.252</b>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	<b>Consolidado</b>
	<b>Montante</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>322.038</b>
Provisão constituída no período	49.780
Baixas de contas a receber	(21.566)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>350.252</b>
Provisão constituída no período	56.432
Baixas de contas a receber	(25.278)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>381.406</b>

No ano de 2009 a Celesc Distribuição S.A. efetuou plano de recuperação de débitos para empresas do ramo têxtil entre elas Buettner S.A., Companhia Industrial Schlösser S.A. e Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A. Em 2011, as companhias destacadas entraram em recuperação judicial.

As Companhias Buettner S.A. e Companhia Industrial Schlösser S.A. tiveram seus planos de recuperação judicial aprovados em 2011. Com base nesses a Assessoria Jurídica da Celesc Distribuição S.A. se posicionou acerca da probabilidade de recuperação, como segue:

No que tange a Buettner S.A., a Celesc Distribuição S.A. efetuou o provisionamento do montante total do parcelamento em aberto (R\$18.231). E, em relação à Companhia Industrial Schlösser S.A. o plano de recuperação judicial garante à Celesc Distribuição S.A. o recebimento do débito do parcelamento total de R\$16.888.

Em virtude de não ter ocorrido a aprovação do plano judicial da Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A. e os Assessores Jurídicos da Companhia entenderem que por a Celesc Distribuição S.A. ser a principal credora, a probabilidade de perda é remota, dessa forma não foi constituída provisão para este parcelamento. O total do parcelamento em questão é de R\$42.992.

#### 10 Ativo Indenizatório (concessão)

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Ativo de concessão – Distribuição de Energia	1.943.940	1.751.392
Ativo de concessão – Transmissão de Energia	63.466	63.753
	<b>2.007.406</b>	<b>1.815.145</b>
(-) Circulante	(20.303)	(18.894)
<b>Não Circulante</b>	<b>1.987.103</b>	<b>1.796.251</b>

Os contratos de concessão de distribuição e transmissão do Grupo estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC12), que trata de contabilidade de concessões.

Os ativos de concessão referem-se a créditos a receber do Poder Concedente (União), quando a Companhia possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenizações originadas nos contratos de concessão de serviços públicos de transmissão e distribuição de energia elétrica, pelos investimentos efetuados em infraestrutura e não recuperados por meio da tarifa. Estes ativos financeiros são classificados como “recebíveis”.

## 11 Tributos a recuperar ou compensar

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
ICMS	-	-	46.556	41.079
PIS/Cofins	-	-	372	384
IRPJ e CSLL	14.210	12.786	38.121	20.008
Outros	-	-	1.985	1.429
	<b>14.210</b>	<b>12.786</b>	<b>87.034</b>	<b>62.900</b>
(-) Circulante	(14.210)	(12.786)	(73.337)	(47.405)
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.697</b>	<b>15.495</b>

- . Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).
- . Programa de Integração Social (PIS).
- . Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).
- . Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

## 12 Transações com partes relacionadas

### (a) Transações e saldos

	<b>Controladora</b>		
	<b>Dividendos a Pagar</b>	<b>Outros Créditos de Partes relacionadas</b>	<b>Receitas financeiras</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>			
Governo do Estado de SC	14.855	-	-
Empréstimo para o Tesouro Estadual (i)	-	36.702	4.467
Rede Subterrânea (ii)	-	4.262	-
SC Parcerias S.A.(iii)	-	67.854	8.244
	<b>14.855</b>	<b>108.818</b>	<b>12.711</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>			
Governo do Estado de SC	15.725	-	-
Empréstimo para o Tesouro Estadual (i)	-	9.532	1.725
Rede Subterrânea (ii)	-	4.262	-
SC Parcerias S.A.(iii)	-	51.094	7.241
	<b>15.725</b>	<b>64.888</b>	<b>8.966</b>

	Consolidado								
	Tributos a recolher*	Tributos a compensar*	Dividendos a pagar	Contas a receber por vendas	Outros créditos de partes relacionadas	Outros passivos de partes relacionadas	Tributos- deduções da receita*	Receita de vendas**	Receitas financeiras
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>									
Governo do Estado de SC	45.944	38.403	14.855	7.667	-	-	1.187.338	64.318	-
Empréstimo para o Tesouro Estadual (i)	-	-	-	-	36.702	-	-	-	4.467
Rede Subterrânea (ii)	-	-	-	-	4.262	-	-	-	-
SC Parcerias S.A.(iii)	-	-	-	-	67.854	-	-	-	8.244
Celos	-	-	-	-	-	21.318	-	-	-
	<b>45.944</b>	<b>38.403</b>	<b>14.855</b>	<b>7.667</b>	<b>108.818</b>	<b>21.318</b>	<b>1.187.338</b>	<b>64.318</b>	<b>12.711</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>									
Governo do Estado de SC	47.236	46.491	15.725	7.673	-	-	1.264.560	46.226	-
Empréstimo para o Tesouro Estadual (i)	-	-	-	-	9.532	-	-	-	1.725
Rede Subterrânea (ii)	-	-	-	-	4.262	-	-	-	-
SC Parcerias S.A.(iii)	-	-	-	-	51.094	-	-	-	7.241
Celos	-	-	-	-	-	18.113	-	-	-
	<b>47.236</b>	<b>46.491</b>	<b>15.725</b>	<b>7.673</b>	<b>64.888</b>	<b>18.113</b>	<b>1.264.560</b>	<b>46.226</b>	<b>8.966</b>

\*As operações com tributos referem-se ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS sobre as operações de venda de energia e são realizadas conforme a legislação específica.

\*\*A Receita de Vendas refere-se a venda de energia ao Governo do Estado efetuadas em termos iguais aos utilizados nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia.

## (i) Empréstimo para o Tesouro Estadual

Os valores contabilizados referem-se a empréstimos concedidos pela Celesc ao Tesouro Estadual do Governo do Estado de Santa Catarina entre os anos de 1985 e 1986, corrigido por OTN, BTN e UFIR até a extinção em 2000, e após, atualizados até 31 de dezembro de 2010 mediante a aplicação de juros de 10% ao ano, capitalizados mensalmente, conforme contrato firmado com o Estado de Santa Catarina, em 22 de abril de 1988.

Em 31 de janeiro de 2011, a Companhia firmou termo de acordo de extinção de débitos com o Governo do Estado de Santa Catarina, cuja liquidação dos empréstimos cedidos pela Companhia ao Tesouro Estadual do Governo do Estado de Santa Catarina dar-se mediante a compensação de dividendos a serem propostos com base nos lucros futuros. E o saldo devedor será corrigido à taxa de 10% a.a. capitalizado mensalmente.

Assim, o montante de R\$36.702 firmado no termo de acordo está sendo liquidado com as retenções de dividendos já ocorridas nos exercícios de 2009 e 2010. O montante será liquidado totalmente nas datas de 29 de fevereiro de 2012 e 28 de junho de 2012, com a retenção de dividendos que cabem ao Estado de Santa Catarina referentes ao exercício de 2011, nos valores de R\$4.718 e R\$5.139.

**(ii) Rede Subterrânea**

Em 1995, a Celesc firmou convênio de cooperação técnica com o Governo do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura de Florianópolis para implantação de rede subterrânea de energia elétrica no centro de Florianópolis.

O montante em aberto refere-se ao valor a ser repassado pelo Estado de Santa Catarina à Celesc e está em processo de negociação.

**(iii) SC Parcerias S.A. (“SC Parcerias”)**

De acordo com o Termo de Reconhecimento, Assunção e Parcelamento de Dívida firmado em 30 de abril de 2008, a dívida foi parcelada em 24 prestações mensais, cujas amortizações iniciaram em 31 de outubro de 2008.

Com a assinatura do 1º Aditivo ao Termo de Reconhecimento, Assunção e Parcelamento de Dívida em janeiro de 2011, o valor remanescente da dívida foi renegociado em 42 parcelas mensais com o primeiro pagamento em 31 de janeiro de 2011, sendo o saldo devedor corrigido à alíquota de 1% ao mês.

**(b) Remuneração do pessoal-chave da administração**

A remuneração do pessoal-chave da administração que inclui os conselheiros e diretores está demonstrada a seguir:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Administradores</b>				
Honorários	3.428	2.302	6.141	5.016
Participação nos lucros e/ou resultados	-	77	573	228
Encargos sociais	863	347	1.496	776
Outros gastos	-	150	93	263
	<b>4.291</b>	<b>2.876</b>	<b>8.303</b>	<b>6.283</b>

### 13 Investimentos em controladas e coligadas

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
<b>Controladas</b>				
Celesc D	1.484.444	1.268.061	-	-
Celesc G	306.346	260.870	-	-
	<b>1.790.790</b>	<b>1.528.931</b>	-	-
<b>Controladas em conjunto</b>				
SCGAS	77.293	82.990	-	-
ECTE	38.346	39.393	-	-
	<b>115.639</b>	<b>122.383</b>	-	-
<b>Coligadas</b>				
Dfesa	25.844	22.942	25.844	22.942
Cubatão	3.253	3.253	3.253	3.253
(-) Provisão para perdas em investimentos	(3.253)	(3.253)	(3.253)	(3.253)
	<b>25.844</b>	<b>22.942</b>	<b>25.844</b>	<b>22.942</b>
	<b>1.932.273</b>	<b>1.674.256</b>	<b>25.844</b>	<b>22.942</b>

#### (a) Informações sobre investimentos

	Controladora					
	Milhares de ações possuídas pela	Participação da Companhia		Patrimonio		Lucro líquido/ prejuízo ajustado
	Ordinárias	Nº capital social - %	Nº capital votante - %	Líquido ajustado	Total de Ativos	
Em 31 de dezembro de 2011						
Celesc D	630.000	100%	100%	1.484.444	4.497.271	287.410
Celesc G	43.209	100%	100%	306.346	395.301	13.805
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	124.158	233.504	30.008
SCGás	45.476	17%	51%	176.147	311.553	43.988
Dfesa	153.382	23,03%	23,03%	112.215	370.508	34.532
Cubatão	1.600	40%	40%	1.656	5.530	(27)
Em 31 de dezembro de 2010						
Celesc D	630.000	100%	100%	1.251.609	4.154.867	180.379
Celesc G	35.000	100%	100%	260.870	350.393	22.043
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	222.374	227.942	29.587
SCGás	45.476	17%	51%	201.017	343.379	80.778
Dfesa	153.382	23,03%	23,03%	99.616	256.889	40.308
Cubatão	1.600	40%	40%	1.683	5.550	(8)



	<b>Consolidado</b>					
	<b>Milhares de ações possuídas pela Companhia</b>	<b>Participação da Companhia</b>		<b>Patrimônio Líquido ajustado</b>	<b>Total de ativos</b>	<b>Lucro líquido/ prejuízo ajustado</b>
	Ordinárias	Nº capital social - %	Nº capital votante - %			
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>						
Dfesa	153.382	23,03%	23,03%	112.215	370.508	34.532
Cubatão	1.600	40%	40%	1.656	5.530	(27)
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>						
Dfesa	153.382	23,03%	23,03%	99.616	256.889	40.308
Cubatão	1.600	40%	40%	1.683	5.550	(8)

## (b) Movimentação dos investimentos

	<b>Controladora</b>					
	<b>Celesc D</b>	<b>Celesc G</b>	<b>ECTE</b>	<b>SCGAS</b>	<b>Dfesa</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>1.166.236</b>	<b>244.319</b>	<b>22.224</b>	<b>81.940</b>	<b>19.579</b>	<b>1.534.298</b>
Integralizações	1.258		13.079			14.337
Dividendos	(79.815)	(5.492)	(2.884)	(11.214)	(3.381)	(102.786)
Amortização de ágio				(1.468)		(1.468)
Resultado de equivalência patrimonial	180.382	22.043	6.974	13.732	6.744	229.875
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>1.268.061</b>	<b>260.870</b>	<b>39.393</b>	<b>82.990</b>	<b>22.942</b>	<b>1.674.256</b>
Integralizações (*)	5.057	35.000	-	-	-	40.057
Dividendos	(76.084)	(3.329)	(10.315)	(11.704)	(5.051)	(106.483)
Amortização de ágio	-	-	-	(1.471)	-	(1.471)
Resultado de equivalência Patrimonial	287.410	13.805	9.268	7.478	7.953	325.914
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>1.484.444</b>	<b>306.346</b>	<b>38.346</b>	<b>77.293</b>	<b>25.844</b>	<b>1.932.273</b>

(\*) A Assembleia Geral Extraordinária aprovou um aumento de capital social da Celesc Geração num montante de R\$ 63 mil, conforme ata do conselho de administração de 11 de agosto de 2011. Sendo que até 31 de dezembro de 2011 foram integralizados R\$ 35mil.



	<b>Consolidado</b>				
	<b>Contratos de concessão (a) Celesc D</b>	<b>SCGAS</b>	<b>Softwares adquiridos</b>	<b>Ágios</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>634.933</b>	<b>26.601</b>	<b>3</b>	<b>52.786</b>	<b>714.323</b>
Adições	92.219	5.506	2.311	7.860	107.896
Baixas	(6.602)	(73)	-	-	(6.675)
Amortizações	(144.961)	(4.366)	-	(1.528)	(150.855)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>575.589</b>	<b>27.668</b>	<b>2.314</b>	<b>59.118</b>	<b>664.689</b>
Custo total	850.411	57.539	2.314	62.174	972.438
Amortização acumulada	(274.822)	(29.871)	-	(3.056)	(307.749)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>575.589</b>	<b>27.668</b>	<b>2.314</b>	<b>59.118</b>	<b>664.689</b>
Adições	98.429	9.815	432	-	108.676
Baixas	(7.396)	(93)	-	(582)	(8.071)
Amortizações	(143.032)	(4.350)	-	(1.531)	(148.913)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>523.590</b>	<b>33.040</b>	<b>2.746</b>	<b>57.005</b>	<b>616.381</b>
Custo total	941.444	67.261	2.746	61.592	1.073.043
Amortização acumulada	(417.854)	(34.221)	-	(4.587)	(456.662)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>523.590</b>	<b>33.040</b>	<b>2.746</b>	<b>57.005</b>	<b>616.381</b>
Taxa média de amortização (%)	15	10			

Os ágios gerados na aquisição da SCGAS e da ECTE estão sendo amortizados pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos das referidas empresas (Nota 1).

#### **(a) Contratos de concessão**

Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões, foi registrado no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição de energia elétrica e gás natural, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais), quando aplicável.

Referente à subsidiária Celesc Distribuição S.A., a ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de concessão do setor elétrico, estabelecendo periodicamente uma revisão na avaliação destas taxas. As taxas estabelecidas pelo órgão regulador são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, estas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

## 16 Resultado com imposto de renda e contribuição social

### (a) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	Consolidado			
	Diferido ativo		Diferido passivo	
	2011	2010	2011	2010
Diferenças temporárias				
Provisão para contingências	116.921	95.915	-	-
Provisão para perdas em ativos	32.543	26.414	-	-
Benefício pós-emprego	191.647	206.230	-	-
Custo Atribuído	-	-	72.389	74.263
Outras provisões	67.451	74.839	71.753	58.595
	<b>408.562</b>	<b>403.398</b>	<b>144.142</b>	<b>132.858</b>

### (b) Período estimado de realização

Os valores dos ativos, líquidos dos passivos fiscais diferidos, apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	Consolidado	
	2011	2010
Até 1 ano	37.183	53.020
De 1 a 2 anos	62.800	55.874
De 2 a 3 anos	60.854	53.985
De 3 a 4 anos	61.362	51.093
De 4 a 6 anos	70.643	54.746
De 6 a 8 anos	59.080	58.508
De 8 a 10 anos	56.640	76.172
	<b>408.562</b>	<b>403.398</b>

A base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

### (c) Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	323.887	284.703	454.050	357.849
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - 34%	110.122	96.799	154.377	121.669
Adições e exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial	(110.811)	(78.157)	(2.573)	(6.660)
Juros sobre capital próprio	-	-	(27.000)	(25.053)
Benefício fiscal	-	(1.094)	485	(1.094)
Incentivo fiscal	-	-	977	445
Multas Inedutíveis	-	-	175	-
Participação dos administradores	118	64	236	64
Valor Justo CASAN	(2.501)	(5.615)	(2.501)	(5.615)
Outras adições (exclusões)	322	(806)	5.987	577
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(2.750)	11.187	130.163	84.333
Corrente	-	(11.187)	(124.043)	(103.186)
Diferido	-	-	(6.120)	18.853
	-	(11.187)	(130.163)	(84.333)

**(d) Regime Tributário de Transição**

O Regime Tributário de Transição (RTT) possui vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

A Companhia optou pela adoção do RTT em 2008, conseqüentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido do exercício, e continua a utilizar as prerrogativas definidas no RTT.

## 17 Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

		<b>Consolidado</b>	
	<b>Taxa anual de juros e comissões - %</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
BNDES	TJLP + 4,50	4.008	17.474
Empréstimos bancários (a)	11, 832% a.a + IRP	103.376	45.472
Eletrobrás (b)	5,00	151.092	140.510
FIDC - Celesc I (c)	CDI + 0,97	63.425	112.604
Debêntures (d)	CDI+1,30%	21.484	-
Finame (e)	5,00	27.713	4.281
		<b>371.098</b>	<b>320.341</b>
(-) Circulante		(241.298)	(109.720)
Não circulante		<b>129.800</b>	<b>210.621</b>

### (a) Empréstimos Bancários

Em 14 de abril de 2011, a Companhia, por meio da subsidiária Celesc D, contratou junto ao Banco do Brasil Financiamento de Capital de Giro, com aplicação de taxa de juros de 11,832% a.a. mais IRP (Índice de Remuneração da Poupança).

Tal operação contempla o montante de R\$80.000 para utilização sob a forma de Capital de Giro, tendo prazo total de quitação de 18 meses com carência de 12 meses para pagamento do capital e juros, divididos em seis parcelas mensais.

### (b) Eletrobrás

Os empréstimos e financiamentos contratados destinam-se aos programas de eletrificação rural e outros, sendo que os recursos advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobrás. Em geral estes contratos possuem carência de 24 meses, amortização em 60 meses, taxa de juros de 5%a.a. e Taxa de Administração de 2%a.a. Estes contratos tem como garantias os recebíveis e são anuídos pela ANEEL.

### (d) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC")

O FIDC ou "Fundos de Recebíveis", é uma modalidade de fundo de investimento cujos ativos são compostos de direitos creditórios. A Celesc D ofereceu como recebíveis, os direitos creditórios referentes ao consumo futuro de energia elétrica de unidades consumidoras pré-selecionadas, todas com perfil de adimplência.

Os maiores compradores das quotas oferecidas pela Celesc D foram fundos de investimento, que adquiriram 179 quotas, somando R\$179.000. Os outros investidores foram entidades de

previdência privada, com R\$11.000 e uma instituição financeira, com R\$10.000, totalizando R\$200.000, captados em 2007. Cada quota foi comercializada a R\$1.000, no sistema bookbuilding, coordenado pelo BB Investimentos, em conjunto com o ABC Banking Corporation.

De acordo com as práticas contábeis no Brasil, o FIDC foi consolidado e a parcela do passivo referente às quotas adquiridas por terceiros são apresentadas como dívida no passivo.

**(e) Debêntures**

Emissão em série única de 75 debêntures realizada pela ECTE, em 16 de março de 2011, no valor de R\$75.000, com prazo de vigência de 5 anos a contar da data de emissão. A espécie das debêntures é simples, não conversível em ações, escriturais e nominativas.

A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia (*over* extra grupo), calculadas e divulgadas pela CETIP (“Taxa DI”), no Informativo Diário, disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida uma sobretaxa (*spread*) de 1,30% ao ano, com base em 252 dias úteis.

O valor nominal unitário das debêntures será amortizado a partir do 6º (sexto) mês, contando da data de emissão, em parcelas mensais e consecutivas, conforme cronograma disposto na escritura de emissão das debêntures, iniciando em 16 de setembro de 2011.

O valor atualizado para o ano findo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$69.239, sendo consolidado proporcionalmente na Companhia pelo montante de R\$21.494, que representa 30,88493% do saldo total.

**(f) Finame**

O empréstimo contratado destinou-se a suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc Distribuição S.A., destinando-se a compra de máquinas e equipamentos. Neste caso cada aquisição de equipamento constitui um contrato e o somatório de todos pode chegar a R\$ 50.000, já anuídos. A totalidade dos recursos deverá ser aplicada nos anos de 2011 e 2012. Estes contratos possuem taxas de juros de 4,5% a.a. e 5% a.a. O valor contratado será amortizado em 96 meses a partir de agosto de 2011. Os juros serão pagos trimestralmente durante a carência, após este período em parcelas mensais juntamente com as amortizações. Em caso de inadimplência, a garantia está vinculada aos recebíveis da Celesc Distribuição S.A. e estão anuídos pela ANEEL.

## Composição dos vencimentos de longo prazo

Os montantes não circulantes têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Um a cinco anos	110.031	190.611
Acima de cinco anos	19.769	20.010
	<b>129.800</b>	<b>210.621</b>

## 18 Tributos e contribuições sociais

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
ICMS	-	-	47.823	46.412
PIS/Cofins	7.473	6.816	32.729	32.756
Refis	2.960	3.564	2.960	3.564
IRPJ e CSLL	5.257	8.196	31.592	18.211
INSS Parcelamento	-	-	10.522	-
Outros	48	52	5.381	23.353
	<b>15.738</b>	<b>18.628</b>	<b>131.007</b>	<b>124.296</b>
(-) Circulante	<b>(14.531)</b>	<b>(16.821)</b>	<b>(129.800)</b>	<b>(122.489)</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>1.207</b>	<b>1.807</b>	<b>1.207</b>	<b>1.807</b>

## 19 Taxas regulamentares

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Programa de eficiência energética – PEE	159.159	130.129
Encargo de capacidade emergencial – ECE	53.921	36.234
Conta de consumo de combustível – CCC	23.590	20.875
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	63.111	51.439
Conta de desenvolvimento energético – CDE	15.448	13.934
Encargos do consumidor a recolher	1.901	5.483
Reserva Global de Reversão – RGR	4.181	1.136
Outros	1.471	2.839
	<b>322.782</b>	<b>262.069</b>
(-) Circulante	<b>(174.941)</b>	<b>(149.494)</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>147.841</b>	<b>112.575</b>



## 20 Contingências e Depósitos Judiciais

Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

		<b>Controladora</b>			
		<b>Depósitos judiciais</b>		<b>Provisões para contingências</b>	
		<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Contingências:					
Tributárias		24	-	-	-
Regulatórias		6.627	6.065	(6.627)	(6.065)
		<b>6.651</b>	<b>6.065</b>	<b>(6.627)</b>	<b>(6.065)</b>
		<b>Consolidado</b>			
		<b>Depósitos judiciais</b>		<b>Provisões para contingências</b>	
		<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Contingências:					
Fiscais		3.080	2.073	(11.376)	(11.897)
Trabalhistas e previdenciárias		78.821	73.299	(108.907)	(104.547)
Cíveis		19.212	11.821	(322.232)	(315.908)
Regulatórias		46.065	40.557	(46.692)	(46.099)
		<b>147.178</b>	<b>127.750</b>	<b>(489.207)</b>	<b>(478.451)</b>

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

		<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
		<b>Depósitos judiciais</b>	<b>Provisões para contingências</b>	<b>Depósitos judiciais</b>	<b>Provisões para contingências</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b>		<b>5.422</b>	<b>34.080</b>	<b>161.789</b>	<b>591.072</b>
Adições		891	891	85.070	62.374
Baixas		(248)	(28.906)	(119.109)	(174.995)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>		<b>6.065</b>	<b>6.065</b>	<b>127.750</b>	<b>478.451</b>
Adições		-	562	45.176	41.540
Baixas		586	-	(25.748)	(30.784)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>		<b>6.651</b>	<b>6.627</b>	<b>147.178</b>	<b>489.207</b>

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais externos. A natureza das contingências pode ser sumariada como segue:

- . Trabalhistas e previdenciárias – Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e de empresas prestadoras de serviços relativas a questões de verbas rescisórias, salariais, enquadramentos e outros.
- . Cíveis – Decorrem de ações judiciais movidas pelos consumidores (classe industrial), que reivindicam o reembolso de valores pagos resultantes da majoração da tarifa de energia elétrica, com base nas Portarias DNAEE nº 38, de 27 de fevereiro de 1986 e nº 45, de 04 de março de 1986, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado. A Celesc D constituiu provisão considerada suficiente para cobrir eventuais perdas com os processos dessa natureza. Quanto ao efeito sobre os anos subsequentes, denominados “Efeito Cascata”, não é possível, no momento, avaliar as possíveis decisões do Judiciário, nem mesmo estimar os possíveis efeitos. Também foram constituídas provisões de diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Celesc D é ré, relativas a questões de indenizações causadas por falha na rede de energia elétrica, desapropriação e outras.
- . Regulatórias – A Celesc D foi autuada pela ANEEL em alguns processos administrativos que implicaram multas pela transgressão de alguns itens da qualidade no atendimento de consumidores e outras matérias. A Celesc D recorreu na esfera administrativa contra as penalidades impostas.

#### **Perdas possíveis, não provisionadas no balanço**

O Grupo tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Contingências:		
Regulatório	9.133	-
Tributárias	1.385	1.385
Trabalhistas e previdenciárias	1.149	382
Cíveis	14.635	6.535
	<b>26.302</b>	<b>8.302</b>

## 21 Obrigações com benefícios a empregados

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Obrigações registradas no balanço patrimonial com		
Benefícios de planos previdenciários		
Plano misto (a)	187.824	192.571
Plano transitório (a)	420.185	408.876
	<u>608.009</u>	<u>601.447</u>
Outros benefícios a empregados		
Plano Celos saúde (b)	351.928	397.762
Programa de demissão voluntária		
incentivado – PDVI ©	73.254	98.163
Outros Benefícios (e)	32.512	4.132
	<u>457.694</u>	<u>500.057</u>
	<b>1.065.703</b>	<b>1.101.504</b>
( - ) Circulante	<u>(115.908)</u>	<u>(171.167)</u>
<b>Não Circulante</b>	<b>949.795</b>	<b>930.337</b>

A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social (Celos), sociedade civil, sem fins lucrativos, cujo principal objetivo é conceder benefícios complementares aos da Previdência Social a todos os empregados da Celesc, Celesc D e Celesc G (conjuntamente, “empregados”).

Na data-base de 31 de dezembro de 2011, os valores relacionados aos benefícios pós-emprego foram apurados em avaliação atuarial anual, conduzida por atuários independentes, e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

O passivo atuarial registrado em 31 de dezembro de 2011 totalizou R\$1.065.703 (R\$1.101.504 em 31 de dezembro de 2010).

### a) Benefícios de planos previdenciários

Em janeiro de 1997, foi implementado um novo plano de previdência complementar com características de contribuição variável, contemplando a renda de aposentadoria programada. Por ocasião do lançamento deste novo plano, denominado “Plano Misto”, foi oferecida aos empregados ativos a oportunidade de transferência para o referido plano. Mais de 98% dos empregados ativos optaram pela transferência.

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e contribuição definida para as contribuições posteriores a

transição. O plano anterior de benefício definido, denominado “Plano Transitório” continua existindo, cobrindo quase que exclusivamente participantes aposentados e seus beneficiários.

A Celesc D firmou, em 30 de novembro de 2001, o contrato para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% ao ano e atualização pela variação do IGP-M, para cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório.

Em outubro de 2010, por meio de termo aditivo, houve a mudança do indexador de atualização de IGP-M para IPCA.

#### **b) Plano de assistência médica**

A Celesc oferece aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica).

#### **c) Programa de demissão voluntária incentivado – PDVI**

Por meio da Deliberação nº 243, de 09 de dezembro de 2002, a Celesc D aprovou o PDVI – Programa de Demissão Voluntária Incentivada, que foi homologado pelo Governo do Estado de Santa Catarina visando à redução de custos operacionais.

Esse programa foi implantado a partir de janeiro 2003 e teve a adesão de 1.089 empregados. Até 31 de dezembro de 2011 a Celesc D havia quitado o débito com 780 beneficiários (550 em 31 de dezembro de 2010).

#### **d) Outros Benefícios**

Trata-se de valores de referência de indenização por morte natural ou acidental (Plano Pecúlio), Auxílio Deficiente, Auxílio Funeral e Benefício Mínimo a Aposentadoria.

## e) Resultados da avaliação atuarial

### (i) Evolução do valor presente das obrigações

	Consolidado				
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano de Assistência Médica	PDVI	Outros Benefícios
<b>Em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>972.431</b>	<b>680.721</b>	<b>462.006</b>	<b>122.673</b>	<b>10.451</b>
Custo do serviço corrente	1.215	723	8.794		
Juros sobre obrigações atuariais	106.083	73.073	49.752	11.707	1.152
Perdas (ganhos) atuariais	122.771	43.842	(379.679)	(6.320)	636
Benefícios pagos	(55.685)	(59.906)	(39.676)	(38.505)	(215)
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>1.146.815</b>	<b>738.453</b>	<b>101.197</b>	<b>89.555</b>	<b>12.024</b>
Custo do serviço corrente	1.879	949	5.577	-	27.834
Juros sobre obrigações atuariais	117.677	74.542	8.602	7.966	1.253
Perdas (ganhos) atuariais	95.745	(25.836)	51.958	(1.270)	826
Benefícios pagos	(67.912)	(64.329)	(59.295)	(32.875)	(232)
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>1.294.204</b>	<b>723.779</b>	<b>108.039</b>	<b>63.376</b>	<b>41.705</b>

### (ii) Evolução do valor justo dos ativos

	Consolidado				
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano de Assistência Médica	PDVI	Outros Benefícios
<b>Em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>760.869</b>	<b>312.885</b>	<b>19.291</b>	<b>-</b>	<b>6.043</b>
Retorno esperado sobre os ativos	84.118	33.405	2.156	-	659
Perdas/Ganhos atuariais	22.727	19.531	2.526	-	342
Contribuições do empregador	29.857	24.519	21.515	38.505	-
Contribuições dos empregados	3.445	3.918	21.550	-	-
Benefícios pagos	(55.685)	(59.906)	(39.676)	(38.505)	(215)
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>845.331</b>	<b>334.352</b>	<b>27.362</b>	<b>-</b>	<b>6.829</b>
Retorno esperado sobre os ativos	87.698	33.528	3.049	-	707
Perdas/Ganhos atuariais	74.798	(12.052)	8.821	-	(232)
Contribuições do empregador	32.493	26.504	22.709	32.875	-
Contribuições dos empregados	4.112	4.150	23.007	-	-
Benefícios pagos	(67.912)	(64.329)	(59.295)	(32.875)	(232)
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>976.520</b>	<b>322.153</b>	<b>25.653</b>	<b>-</b>	<b>7.072</b>

**(iii) Conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço**

	<b>Consolidado</b>				
	<b>Plano Misto</b>	<b>Plano Transitório</b>	<b>Plano de Assistência Médica</b>	<b>PDVI</b>	<b>Outros Benefícios</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>192.571</b>	<b>408.876</b>	<b>397.762</b>	<b>98.163</b>	<b>4.132</b>
Valor presente das obrigações	1.146.815	738.453	101.197	89.555	12.024
Valor justo dos ativos	(845.331)	(334.352)	(27.362)	-	(6.829)
Ganhos/perdas não reconhecidos	(108.913)	4.775	323.927	8.608	(1.063)
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>187.824</b>	<b>420.185</b>	<b>351.928</b>	<b>73.254</b>	<b>32.512</b>
Valor presente das obrigações	1.294.204	723.779	108.039	63.376	41.705
Valor justo dos ativos	(976.520)	(322.153)	(25.653)	-	(7.072)
Ganhos/perdas não reconhecidos	(129.860)	18.559	269.542	9.878	(2.121)

**(iv) Custos reconhecidos na demonstração do resultado do exercício**

	<b>Consolidado</b>				
	<b>Plano Misto</b>	<b>Plano Transitório</b>	<b>Plano de Assistência Médica</b>	<b>PDVI</b>	<b>Outras Obrigações</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>19.735</b>	<b>36.473</b>	<b>38.608</b>	<b>11.707</b>	<b>493</b>
Custo dos serviços correntes	1.215	723	8.794	-	-
Juros sobre obrigações atuariais	106.083	73.073	49.752	11.707	1.152
Retorno esperado sobre os ativos	(84.118)	(33.405)	(2.156)	-	(659)
Contribuição dos participantes	(3.445)	(3.918)	(21.550)	-	-
Amortização de perdas atuariais, líquidas	-	-	3.768	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>27.746</b>	<b>37.813</b>	<b>(23.125)</b>	<b>7.966</b>	<b>546</b>
Custo dos serviços correntes	1.879	949	5.577	-	-
Juros sobre obrigações atuariais	117.677	74.542	8.602	7.966	1.253
Retorno esperado sobre os ativos	(87.698)	(33.528)	(3.049)	-	(707)
Contribuição dos participantes	(4.112)	(4.150)	(23.007)	-	-
Amortização de perdas atuariais, líquidas	-	-	(11.248)	-	-

#### (v) Hipóteses atuariais e econômicas

As premissas atuariais e econômicas utilizadas foram às seguintes:

	Consolidado	
	2011	2010
Taxa de desconto	10,25	10,51
Taxa esperada de retorno dos ativos	10,25	10,51
Taxa de crescimento salarial	5,55	5,55
Taxa de inflação futura	4,5	4,50
Taxa de crescimento dos custos médicos	7,64	7,64
Taxa de crescimento dos custos médicos por faixa etária ("aging factor")	7,64	7,64
Taxa ou tábua de rotatividade	0,80	0,80
Taxa de crescimento real dos benefícios do plano	0,00	0,00
Indexador de reajuste de salários	INPC	INPC
Indexador de reajuste dos benefícios	IPCA	IPCA
Fator de determinação do valor real dos salários	98	98
Fator de determinação do valor real dos benefícios	98	98

#### (vi) Hipóteses biométricas

	Consolidado	
	2011	2010
Mortalidade Geral	AT-1983	AT-1983
Mortalidade de Inválidos	AT-1949	AT-1949
	Light Media	Light Media
	agravada em	agravada em
Entrada em invalidez	40%	40%

## 22 Patrimônio líquido

### a) Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado, é de R\$1.017.700, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, dividido em 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%), também nominativas, sem direito a voto. As Ações Preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

<b>Acionista</b>	<b>Ações ordinárias</b>		<b>Ações preferenciais</b>		<b>Total</b>	
	<b>Qtde.</b>	<b>%</b>	<b>Qtde.</b>	<b>%</b>	<b>Qtde.</b>	<b>%</b>
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,00	7.791.201	20,20
PREVI – Caixa de Previdência dos						
Funcionários do Banco do Brasil	5.140.864	33,11	437.807	1,90	5.578.671	14,46
Celos	1.087.374	7,00	230.800	1,00	1.318.074	3,42
Geração Futuro (Fundo Investimento)	499.700	3,22	3.769.100	16,36	4.366.900	11,07
Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Tarpon Investimento (Fundo Investimento)			5.178.823	22,47	5.176.323	13,43
mcap Poland FIA	-	-	2.669.700	11,59	2.562.900	6,92
Outros	1.004.056	6,47	6.615.259	28,71	7.630.515	19,75
	<b>15.527.037</b>	<b>40,26</b>	<b>23.044.454</b>	<b>59,74</b>	<b>38.571.591</b>	<b>100,00</b>

### Participação estrangeira no Capital

Os investidores estrangeiros encerraram o ano de 2011 representando 19,89% do Capital Social total da CELESC, detendo um volume de 7.673.816 ações, na grande maioria, ações preferenciais.

<b>Participação dos Investidores por Residência</b>	<b>Quantidade.</b>	<b>%</b>
Investidores Estrangeiros	7.673.816	19,89
Investidores Nacionais	30.897.775	80,11

### b) Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembléia Geral dos acionistas, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

### c) Juros sobre o capital próprio

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a administração da Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração, realizada em 09 de dezembro de 2011, a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório.

Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio de R\$82.501. (o que corresponde a R\$2,01831360 por ação ordinária e R\$2,22014496 por ação preferencial, líquido de imposto de renda na fonte) foi contabilizado como despesa financeira.



No entanto, para efeito dessas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, portanto, reclassificados para o patrimônio líquido, pelo valor bruto, uma vez que os benefícios fiscais por ele gerados são mantidos no resultado do exercício.

### Composição do lucro básico e diluído

	<b>Controladora</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Média ponderada de ações (em milhares):		
Ações ordinárias nominativas	15.527	15.527
Ações preferenciais nominativas – Classe A	47	51
Ações preferenciais nominativas – Classe B	22.997	22.994
Lucro básico e diluído por ação atribuído aos acionistas da Companhia (em R\$):		
Ações ordinárias nominativas	7,92	6,69
Ações preferenciais nominativas – Classe A	8,72	7,36
Ações preferenciais nominativas – Classe B	8,72	7,36
Lucro básico e diluído atribuído aos acionistas da Companhia:		
Ações ordinárias nominativas	123.031	47.254
Ações preferenciais nominativas – Classe A	417	169
Ações preferenciais nominativas – Classe B	200.439	76.976
	<u>323.887</u>	<u>273.516</u>

## 23 Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembléia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197, é assim demonstrada:

	<b>Controladora</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Lucro líquido do exercício	323.887	273.516
Constituição de reservas		
Legal	(16.194)	(13.676)
Base de cálculo dos dividendos	307.693	259.840
Dividendos propostos		
Juros sobre Capital Próprio – JCP	82.501	77.938
Dividendo a disposição AGO	9.807	-
(Pay-Out praticado 30%)	92.308	77.938
(-) Parcela excedente ao mínimo obrigatório	(15.383)	(12.978)
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	76.925	64.960
(-) Imposto de Renda na Fonte sobre JCP	(5.164)	(4.538)
(+) Saldo de dividendos a pagar de exercícios anteriores	287	14.257
Saldo de dividendos a pagar	72.048	74.679

## 24 Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2011, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Consolidado					
Empresa	Ramo	Ativos cobertos	Data da vigência	Importância segurada	Prêmio
Celesc D	Riscos Nomeados	Subestações	04.01.2011 à 04.01.2012	8.000	2.420
Celesc D	Riscos Nomeados	Prédio Sede	09.08.2011 à 31.12.2011	52.360	8
Celesc D	Transporte Nacional	Transp. Mercadorias	25.01.2011 à 31.12.2011	3.500	5
		Bens e Direitos			
Celesc D	Seguro Garantia	Concessionária	08/11/2011 a 31/12/2012	400.000	23
SCGAS	Resp. Civil Geral	Rede de Distribuição	18.10.2011 à 18.10.2012	6.000	213
ECTE	Resp. Civil Geral	Diversos	07.07.2011 a 07.07.2012	2.500	8
ECTE	Riscos Nomeados	Veículo	15.03.2011 a 15.03.2012	Valor Mercado	5
Celesc G	Incêndio/Raio/explosão	Usinas e Subestações	08.06.2011 a 08.06.2012	18.768	200
Celesc G	Queda de Aeronave	Usinas e Subestações	08.06.2011 a 08.06.2012	9.384	Pos 10% Prej. Min. 50 mil
Celesc G	Vendaval	Usinas e Subestações	08.06.2011 a 08.06.2012	9.384	Pos 10% Prej. Min. 50 mil
Celesc G	Danos Elétricos	Usinas e Subestações	08.06.2011 a 08.06.2012	18.768	200

As premissas de risco adotadas, em razão de sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

## 25 Informações por segmento de negócios

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

A apresentação dos segmentos é consistente com os relatórios internos fornecidos à Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria Executiva correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010, são as seguintes:

**2011**

	<b>Celesc Distribuição(a)</b>	<b>SC Gás</b>	<b>Celesc Geração(b)</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
Receita	4.031.621	92.420	51.810	15.563	4.191.414
Custo das vendas	(3.168.381)	(76.471)	(20.230)	1.620	(3.263.462)
Lucro bruto	863.240	15.949	31.580	17.183	927.952
Despesas com vendas	(165.732)	(1.270)	(2.673)	-	(169.675)
Despesas gerais e Administrativas	(256.943)	(2.801)	(7.965)	(15.321)	(283.030)
Outras receitas (despesas), líquidas	(41.545)	(1.388)	(1.431)	(4)	(44.368)
Participação nos lucros de controladas	-	-	(153)	8.106	7.953
Lucro operacional	399.020	10.490	19.358	9.964	438.832
Receitas financeiras	113.138	1.943	2.227	14.869	132.177
Despesas financeiras	(109.607)	(1.691)	(699)	(4.962)	(116.959)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	402.551	10.742	20.886	19.871	454.050
Imposto de renda e Contribuição social	(115.140)	(3.265)	(7.082)	(4.676)	(130.163)
Lucro líquido do exercício	287.411	7.477	13.804	15.195	323.887
Informações suplementares					
Total dos ativos	4.497.271	52.963	395.300	419.696	
Total dos passivos	3.012.828	21.242	88.955	67.890	

	<b>2010</b>				
	<b>Celesc Distribuição</b>	<b>SC Gás</b>	<b>Celesc Geração</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
Receita	3.888.854	82.434	54.747	10.730	4.036.765
Custo das vendas	(3.278.009)	(57.728)	(18.888)	(23.709)	(3.378.334)
Lucro bruto	579.080	24.706	35.859	14.030	658.431
Despesas com vendas	(151.912)	(1.031)	-	(4.943)	(157.886)
Despesas gerais e Administrativas	(265.843)	(3.257)	(7.660)	70.777	(205.983)
Outras receitas (despesas), líquidas	(593)	(571)	(1.552)	(25.467)	(28.183)
Participação nos lucros de controladas	-	-	-	6.660	6.660
Lucro operacional	192.497	19.847	26.647	34.048	273.039
Receitas financeiras	100.071	1.644	4.342	39.310	145.367
Despesas financeiras	(57.867)	(846)	(344)	(1.500)	(60.557)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	234.701	20.645	30.645	71.858	357.849
Imposto de renda e Contribuição social	(54.322)	(6.913)	(8.602)	(14.496)	(84.333)
Lucro líquido do exercício	180.379	13.732	22.043	57.362	273.516
Informações suplementares					
Total dos ativos	4.033.182	58.374	350.393	432.173	
Total dos passivos	2.765.121	24.202	89.523	54.769	

**(a) Celesc Distribuição S.A.**

**(a.1) Receita**

	<b>Distribuição</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Receita operacional bruta</b>		
Fornecimento de energia elétrica (a.2)	5.405.716	5.156.394
Suprimento de energia elétrica (a.2)	117.604	109.451
Disponibilização da rede elétrica	320.947	226.759
Outras receitas operacionais	51.700	55.657
Receita de financeira sobre o ativo indenizatório	138.145	129.958
Receita de construção	339.698	370.738
	<b>6.373.810</b>	<b>6.048.957</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>		
ICMS	(1.264.560)	(1.187.338)
PIS	(99.077)	(95.814)
COFINS	(456.354)	(441.324)
Reserva global de reversão - RGR	(28.231)	(23.295)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(185.372)	(167.211)
Conta de consumo de combustíveis - CCC	(261.355)	(198.569)
Pesquisa e desenvolvimento - P & D	(18.010)	(17.890)
Programa de eficiência energética - PEE	(18.010)	(17.890)
Outros encargos	(11.220)	(10.772)
	<b>(2.342.189)</b>	<b>(2.160.103)</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>4.031.621</b>	<b>3.888.854</b>

**(a.2) Fornecimento de energia elétrica**

	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	<b>Nº de consumidores (i)</b>		<b>MWh ou m³ mil (i)</b>		<b>Receita Bruta</b>	
<b>Fornecimento de energia elétrica e</b>						
<b>Suprimento de energia elétrica</b>						
Residencial	1.870.084	1.828.451	4.407.118	4.307.519	1.812.183	1.677.855
Industrial	85.907	80.645	4.853.384	5.580.981	1.775.474	1.850.718
Comercial, serviços e outros	213.588	187.398	2.983.779	2.781.629	1.214.603	1.060.723
Rural	229.109	228.077	1.104.602	1.184.604	261.172	254.967
Poder público	18.790	18.251	357.713	358.682	146.276	135.971
Iluminação pública	445	417	501.981	471.675	109.996	98.802
Serviço público	2.302	2.109	274.839	264.024	86.012	77.358
Suprimento de energia	49	50	1.307.749	1.237.733	117.604	109.451
	<b>2.420.274</b>	<b>2.345.398</b>	<b>15.791.165</b>	<b>16.186.847</b>	<b>5.523.320</b>	<b>5.265.845</b>

(i) informações não auditadas.

**(a.3) Custos e Despesas operacionais**

<b>2011</b>					
<b>Natureza dos custos e despesas</b>	<b>Custos de bens e/ou serviços</b>	<b>Despesas com vendas</b>	<b>Despesas gerais e administ.</b>	<b>Outras (rec.) desp., líquidas</b>	<b>Total</b>
Energia elétrica comprada para revenda	2.320.692	-	-	-	2.320.692
Pessoal	293.671	42.193	106.723	12.657	455.244
Administradores	-	-	2.309	-	2.309
Despesa atuarial	-	-	78.990	-	78.990
Entidade de previdência privada	17.416	2.413	5.867	-	25.696
Material	23.111	3	6.482	-	29.596
Custo de Construção	339.698	-	-	-	339.698
Custos e serviços de terceiros	58.092	56.816	60.476	618	176.002
Depreciação e amortização	116.615	-	26.417	-	143.032
Provisão	-	53.724	-	40.633	94.357
Reversão de Provisão	-	(25.278)	-	(30.761)	(56.039)
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	9.742	9.742
Outros custos e despesas	(914)	35.861	(30.321)	8.656	13.282
	<b>3.168.381</b>	<b>165.732</b>	<b>256.943</b>	<b>41.545</b>	<b>3.632.601</b>

  

<b>2010</b>					
<b>Natureza dos custos e despesas</b>	<b>Custos de bens e/ou serviços</b>	<b>Despesas com vendas</b>	<b>Despesas gerais e administ.</b>	<b>Outras (rec.) desp., líquidas</b>	<b>Total</b>
Energia elétrica comprada para revenda	2.416.907	-	-	-	2.416.907
Pessoal	273.453	40.467	104.960	54.777	473.657
Administradores	-	-	2.255	-	2.255
Despesa atuarial	-	-	105.775	-	105.775
Entidade de Previdência Privada	14.931	2.120	5.177	-	22.228
Material	23.058	567	2.984	-	26.609
Custo de Construção	370.738	-	-	-	370.738
Custos e serviços de terceiros	57.098	67.018	36.324	-	160.440
Depreciação e amortização	125.826	-	19.135	-	144.961
Provisão	-	44.214	-	61.484	105.698
Reversão da Provisão	-	(16.321)	-	(146.107)	(162.428)
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	7.930	7.930
Outros custos e despesas	(4.002)	13.847	(10.767)	22.509	21.587
	<b>3.278.009</b>	<b>151.912</b>	<b>265.843</b>	<b>593</b>	<b>3.696.357</b>

**(b) Celesc Geração S.A**
**(b.1) Receita**

	2011	2010
<b>Receita operacional bruta</b>	<u>27.827</u>	<u>26.532</u>
Fornecimento de energia elétrica (b.2)	30.398	35.279
Suprimento de energia elétrica (b.2)		
	<b>58.225</b>	<b>61.805</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>		
ICMS	(4.089)	(4.524)
PIS	(362)	(390)
COFINS	(1.673)	(1.800)
Reserva global de reversão - RGR	(291)	(344)
	<b>(6.415)</b>	<b>(7.058)</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<u><b>51.810</b></u>	<u><b>54.747</b></u>

**(b.2) Fornecimento de energia elétrica**

	2011	2010	2011	2010	2011	2010
	Nº de consumidores (i)		MWh ou m³ mil (i)		Receita Bruta	
<b>Fornecimento de energia elétrica e</b>						
<b>Suprimento de energia elétrica</b>						
Industrial	11	9	189.705	193.464	26.068	24.949
Comercial, serviços e outros	1	1	11.262	11.093	1.759	1.583
Suprimento de energia	5	1	373.685	407.475	30.398	35.273
	<b>17</b>	<b>11</b>	<b>574.652</b>	<b>612.032</b>	<b>58.225</b>	<b>61.805</b>

(i) Informações não auditadas.

**(b.3) Custos e Despesas operacionais**

	2011				
Natureza dos custos e despesas	Custos de bens e/ou serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administ.	Outras (rec.) desp., líquidas	Total
Energia elétrica comprada para revenda	114	-	-	-	114
Pessoal	6.488	-	4.882	-	11.370
Administradores	-	-	1.373	-	1.373
Material	509	-	130	-	639
Custos e serviços de terceiros	2.855	-	1.199	-	4.054
Depreciação e amortização	6.859	-	-	-	6.859
Provisão	-	2.673	-	-	2.673
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	250	250
Outros custos e despesas	3.405	-	381	1.181	4.967
	<b>20.230</b>	<b>2.673</b>	<b>7.965</b>	<b>1.431</b>	<b>32.299</b>



				2010
Natureza dos custos e despesas	Custos de bens e/ou serviços	Despesas gerais e administ.	Outras (rec.) desp., líquidas	Total
Energia Elétrica comprada para revenda	247	-	-	247
Pessoal	6.308	4.747	-	11.055
Administradores	-	1.047	-	1.047
Material	791	193	-	984
Custos e serviços de terceiros	2.921	1.204	-	4.125
Depreciação e amortização	5.962	-	-	5.962
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	282	282
Outros custos e despesas	2.659	469	1.270	4.398
	<b>18.888</b>	<b>7.660</b>	<b>1.552</b>	<b>28.100</b>

## 26 Receitas

			Consolidado
	2011	2010	
<b>Receita operacional bruta</b>			
Fornecimento de energia elétrica (a)	5.433.543	5.182.903	
Suprimento de energia elétrica (a)	148.002	142.586	
Fornecimento de gás natural (a)	106.201	99.045	
Disponibilização da rede elétrica	318.119	224.182	
Arrendamento e aluguéis	34.953	32.589	
Renda de prestação de serviços	8.495	10.671	
Outras receitas operacionais	8.420	15.858	
Receita de financeira sobre o ativo indenizatório	157.778	142.915	
Receita de construção	348.926	376.172	
	<b>6.564.437</b>	<b>6.226.921</b>	
<b>Deduções da receita operacional</b>			
ICMS	(1.282.021)	(1.204.858)	
PIS	(101.287)	(97.900)	
COFINS	(466.541)	(450.936)	
Reserva global de reversão - RGR	(29.021)	(23.997)	
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(185.372)	(167.211)	
Conta de consumo de combustíveis - CCC	(261.355)	(198.569)	
Pesquisa e desenvolvimento - P & D	(18.195)	(18.023)	
Programa de eficiência energética - PEE	(18.010)	(17.890)	
Outros encargos	(11.221)	(10.772)	
	<b>(2.373.023)</b>	<b>(2.190.156)</b>	
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>4.191.414</b>	<b>4.036.765</b>	

**(a) Fornecimento de energia e gás**

	2011	2010	2011	2010	2011	2010
	Nº de consumidores (i)		MWh ou m³ mil (i)		Receita Bruta	
<b>Fornecimento de energia elétrica e Suprimento de energia elétrica</b>						
Residencial	1.870.084	1.828.451	4.407.118	4.307.519	1.812.183	1.677.855
Industrial	85.918	80.654	5.043.089	5.774.445	1.801.542	1.875.644
Comercial, serviços e outros	213.589	187.399	2.995.041	2.792.722	1.216.362	1.062.306
Rural	229.109	228.077	1.104.602	1.184.604	261.172	254.967
Poder público	18.790	18.251	357.713	358.682	146.276	135.971
Iluminação pública	445	417	501.981	471.675	109.996	98.802
Serviço público	2302	2.109	274.839	264.024	86.012	77.358
Suprimento de energia	54	51	1.681.434	1.494.065	148.002	142.586
	<b>2.420.291</b>	<b>2.345.409</b>	<b>16.365.817</b>	<b>16.647.736</b>	<b>5.581.545</b>	<b>5.325.489</b>
<b>Fornecimento de gás natural</b>						
Industrial	213	192	529.137.346	499.190.043	79.953	74.357
Veicular	115	113	121.788.266	117.979.587	22.811	21.543
Comercial	223	192	5.543.378	4.643.766	1.427	1.172
Residencial	2.356	1.466	395.706	299.237	148	110
Comprimido	17	17	12.755.038	13.507.780	1.862	1.863
	<b>2.924</b>	<b>1.980</b>	<b>669.619.734</b>	<b>635.620.413</b>	<b>106.201</b>	<b>99.045</b>

(i) Informações não auditadas.

**27 Custos e despesas operacionais**

Os custos e despesas operacionais consolidados são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

	Consolidado			
	2011			
Natureza dos custos e despesas	Custos de bens e/ou serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administ.	Outras rec. (desp.), líquidas
Energia elétrica comprada para revenda (a)	2.320.806			2.320.806
Pessoal (b)	300.754	42.861	119.254	475.526
Administradores	-	47	8.256	8.303
Despesa atuarial	-	-	78.990	78.990
Entidade de previdência privada	17.416	2.413	5.867	25.696
Material	23.727	6	6.703	30.436
Custo de Construção	348.926	-	-	348.926
Gás natural e insumos p/ operação de gás	61.012	-	-	61.012
Custos e serviços de terceiros	62.500	57.037	65.404	185.559
Depreciação e amortização	127.714		26.455	154.169
Provisões Líquidas	-	31.119	660	41.651
Taxa de Fiscalização ANEEL	100	-	-	10.496
Outros custos e despesas	507	36.192	(28.559)	18.965
	<b>3.263.462</b>	<b>169.675</b>	<b>283.030</b>	<b>3.760.535</b>

	Consolidado				
	2010				
Natureza dos custos e despesas	Custos de bens e/ou serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administ.	Outras rec. (desp.), líquidas	Total
Energia elétrica comprada para revenda (a)	2.417.225				2.417.225
Pessoal (b)	273.976	41.029	122.868	54.777	492.650
Administradores	-	-	6.283	-	6.283
Despesa atuarial	33.006	4.943	15.559	53.508	107.016
Entidade de previdência privada	14.931	2.120	5.177		22.228
Material	23.954	573	3.245	-	27.772
Custo de Construção	376.172	-	-	-	376.172
Gás natural e insumos p/ operação de gás	46.902	-	-	-	46.902
Custos e serviços de terceiros	61.186	67.265	40.865	-	169.316
Depreciação e amortização	136.026	-	19.280	-	155.306
Provisões líquidas	(12.877)	27.921	(23.504)	(73.563)	(82.023)
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	8.212	8.212
Outros custos e despesas	7.833	14.035	16.210	(14.751)	23.327
	3.378.334	157.886	205.983	28.183	3.770.386

Os custos e despesas operacionais da Controladora são compostos pelas seguintes naturezas de gasto:

<b>Controladora</b>		
<b>2011</b>		
<b>Natureza dos custos e despesas</b>	<b>Despesas gerais e administ.</b>	<b>Total</b>
Pessoal (b)	5.660	5.660
Administradores	4.291	4.291
Material	45	45
Depreciação e amortização	3	3
Custos e serviços de terceiros	3.108	3.108
Provisão	660	660
Outros custos e despesas	464	464
	<b>14.231</b>	<b>14.231</b>

Controladora			
	2010		
Natureza dos custos e despesas	Despesas gerais e administ.	Outras rec. (desp.), líquidas	Total
Pessoal (b)	5.031	-	5.031
Administradores	2.876	-	2.876
Material	11	-	11
Custos e serviços de terceiros	2.763	-	2.763
Depreciação e amortização	1	-	1
Provisão		891	891
Reversão de Provisão		(28.906)	(28.906)
Outros custos e despesas	327	77	404
	11.009	(27.938)	(16.929)

**a) Energia elétrica comprada para revenda**

<b>Consolidado</b>				
<b>Energia elétrica comprada para revenda</b>	<b>2011</b>	<b>GWh (i)</b>	<b>2010</b>	<b>GWh (i)</b>
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	404.114	4.500	422.747	4.541
Tractebel Energia S.A.	401.006	2.954	383.393	2.984
Furnas Centrais Elétricas S.A.	171.672	1.579	181.661	1.611
Termoelétricas Petrobrás S.A.	119.958	1.317	156.839	1.317
Cemig Geração e Transmissão S.A.	148.541	1.020	144.125	1.039
Copel Geração e Transmissão S.A.	130.670	1.082	125.353	1.102
Companhia Energética de São Paulo – CESP	126.151	1.019	120.977	1.302
Cia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF	90.377	810	86.414	825
Cia de Ger. Term. de E.E. – CGTEE	58.082	232	48.894	415
Lages Bioenergética Ltda	39.190	193	36.660	193
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	21.310	277	23.702	277
Energética Camacari Muricy S.A.	18.922	241	20.220	241
Enguia Gen	-	-	16.361	138
Companhia Energética de Petrolina	15.350	200	14.564	200
Arembepe Energia	18.920	241	14.145	241
Açucareira Zillo Lorenzetti S.A.	-	-	13.323	67
Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.	11.699	118	12.311	120
Outros	185.006	2.111	175.872	1.469
	<b>1.960.968</b>	<b>17.894</b>	<b>1.997.561</b>	<b>18.082</b>
Encargo de Uso da Rede Elétrica	449.913		376.176	
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	68.247	(279)	149.745	(147)
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas - PROINFA	85.701	429	79.002	437
Créditos PIS e COFINS	(244.023)	-	(185.259)	-
	<b>359.838</b>	<b>150</b>	<b>419.664</b>	<b>290</b>
	<b>2.320.806</b>	<b>18.044</b>	<b>2.417.225</b>	<b>18.372</b>

(i) Informações não auditadas.

**b) Pessoal**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Pessoal</b>				
Remunerações	5.510	4.821	251.211	226.869
Encargos sociais		8	103.410	100.296
Participação nos lucros e/ou resultados	-	-	17.231	12.701
Benefícios assistenciais		118	26.740	33.961
Provisões e indenizações	85	84	76.707	118.379
Outros	65	-	227	444
	<b>5.660</b>	<b>5.031</b>	<b>475.526</b>	<b>492.650</b>



### **30      Eventos subsequentes**

A partir de 01 de janeiro de 2012 serão aplicadas novas taxas de depreciação, para ativos em serviço outorgado no setor elétrico com base na revisão da vida útil dos ativos, estabelecidas pela ANEEL através da Resolução Normativa nº474, em 07 de fevereiro de 2012. Os impactos no ativo financeiro, intangível e imobilizado decorrentes dessa mudança estão sendo avaliados pela Companhia e conforme o normativo acima serão reconhecidos prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2012.